

Intelectuais Ibgeanos: ecletismo no projeto de nação e modernização brasileira

Alessandra Santos Nascimento*

Resumo: Este artigo visa fornecer uma interpretação sobre a contribuição de parte da intelectualidade ibgeana para a caracterização da nação brasileira, no contexto de modernização institucional implementada pelo Estado (1936-1960). Para isto irá abordar as principais idéias que orientaram a criação do sistema classificatório racial presentes nos periódicos do IBGE: *Revista Brasileira de Geografia* e *Revista Brasileira de Estatística*.

Palavras-chave: Intelectualidade ibgeana; ecletismo; *Revista Brasileira de Geografia e de Estatística*.

Abstract: This article aims to supply an interpretation about the contribution of a parcel of IBGE intellectuality to the Brazilian nation characterization, in the context of institutional modernization that was implanted by State (1936-1960). For that proposal, it will deal with the main ideas that guided the creation of racial classifying system which are present in IBGE's periodical publications: *Brazilian Magazine of Geography and Brazilian Magazine of Statistics*.

Keywords: IBGE intellectuality; eclecticism; *Brazilian Magazine of Geography and Statistics*.

I. IBGE: história institucional e sistema classificatório racial na construção da nação

No Brasil, a partir da década de 1930 o Estado avaliava que era necessário

[...] um padrão mais racionalizado de informações relativas ao quadro territorial brasileiro em seus aspectos físicos, político-administrativos, cartográficos e agrários, com vistas a fornecer subsídios tanto para os programas político-econômicos do governo quanto para os programas especiais de cada Ministério¹.

Neste contexto, o Estado passou a não medir esforços para produzir e difundir informações estatísticas visando orientar a formulação das políticas públicas nas diferentes instâncias governamentais.

Historicamente, a preocupação com o “padrão mais racionalizado de informações” teve início com a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) em 1871. Esta diretoria assegurou a realização do primeiro recenseamento geral em 1872, contudo, foi desestruturada após o referido trabalho, sendo revitalizada somente em 1907 por Bulhões de Carvalho. Ao criar o Conselho Superior de Estatística (CSE), Bulhões de Carvalho deu o primeiro passo para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional (SEN). Ou seja, implantou um órgão que, respeitando os princípios constitucionais – os quais asseguravam autonomia na produção das estatísticas municipais, estaduais e federais – permitiria iniciar um sistema estatístico integrado. No entanto, vale destacar, que a consolidação de tal sistema só ocorreu com a construção do Conselho Nacional de Estatística (CNE) em 1936. Um dos intelectuais vinculados ao legado de Bulhões de Carvalho foi Mário Augusto Teixeira de Freitas, o qual contribuiu para efetivar o projeto de integração do sistema estatístico, tendo inclusive, seu nome diretamente relacionado à criação e a história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Brasil a presença de um pensamento geográfico sistemático se efetivou através da criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 1937 e do IBGE em 1938. Esta instituição consistiu no produto da integração dos Institutos Nacionais de Estatística e de Geografia no contexto da centralização política do Estado Novo.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Pesquisadora do GT Pensamento Social do Brasil, o qual se encontra vinculado ao Laboratório de Política e Governo da UNESP; pesquisadora do NUPE (Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão) e do CLADIN (Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra). E-mail: alesantosnas@yahoo.com.br.

¹ PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Memória Institucional, IBGE, Rio de Janeiro, nº. 4, 1993.

Após a realização do primeiro grande recenseamento do século XX (o de 1940) e da organização de algumas publicações importantes, o IBGE entra em crise² na década de 1950. A crise do Instituto resultou das análises das suas práticas estatísticas. O trabalho que desencadeou este processo foi escrito por Lourival Câmara, em resposta a uma solicitação da direção do IBGE. Câmara, após analisar as práticas realizadas pelo CNE de 1936 a 1951, afirmou que as estatísticas básicas eram insuficientes e de má qualidade, e que foram negligenciadas para satisfazer um número excessivo de estatísticas secundárias. Outros problemas diagnosticados foram: o atraso na publicação dos resultados, o alto valor e a duvidosa precisão dos levantamentos. Segundo Câmara, este quadro era agravado pela insuficiente formação profissional.

A crise do Instituto gerou duas conseqüências para o IBGE: a primeira, a criação da Comissão Técnica de Revisão das Campanhas Estatísticas (CTRACE) para avaliar a escolha dos levantamentos a serem realizados, ajustando-os a realidade brasileira do período, e a segunda, a fundação da Escola Brasileira de Estatística para formar pessoal qualificado. Tais conseqüências foram favorecidas pelo contexto internacional, no qual figurava organismos interessados na padronização das estatísticas das Américas.

Nas décadas de 1950 e 1960, a teoria do Poder Nacional elaborada no âmbito da Escola Superior da Guerra foi difundida no e pelo IBGE através de cursos, palestras, congressos, bem como em seus periódicos: *Revista Brasileira de Estatística* e *Revista Brasileira de Geografia*³. As relações entre a Escola da Guerra e o IBGE foram significativas ao considerarmos que, indiretamente, a teoria do Poder Nacional contribuiu para o fortalecimento do Instituto como órgão central da produção de estatística e serviu, simultaneamente, como justificativa teórica e política para a ampliação da participação das forças armadas na vida nacional brasileira.

O IBGE em 1967 tornou-se uma Fundação, isto resultou em recursos estáveis para efetivação tanto das estatísticas primárias quanto das derivadas e para a aquisição de novas tecnologias de levantamento e de apuração dos dados, o que propiciou, em última análise, uma modernização na estrutura física e organizacional, requerendo inclusive, alterações nas práticas dos servidores.

O ano de 1977 expressou o deslocamento no interesse da produção estatística ibgeana do Estado para a sociedade:

[...] Pela primeira vez evidencia-se a definição das informações segundo as necessidades dos usuários, modernizando-se dessa forma a concepção adotada até aquele momento, que era a produção de estatísticas de interesse do Estado. A influência e interação com a comunidade científica é intensa e vários assuntos são introduzidos, visando ao maior estudo das condições econômicas e sociais da sociedade [...]⁴

No âmbito externo ao IBGE, mas interno ao Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, iniciou-se uma série de críticas pontuais à forma como os quesitos de interesse social foram construídos, sugerindo inclusive, possíveis problemas que seriam derivados da utilização de tais quesitos na implementação das políticas públicas. No entanto, somente a partir de meados da década de 1970, é que efetivamente tais críticas também partiram da intelectualidade ibgeana, o trabalho de Tereza Cristina Costa exemplifica esta situação no que tange ao quesito raça/cor⁵. A respeito deste quesito é significativo destacar que apesar de críticas cada vez mais incisivas, o mesmo se manteve inalterado até a década de 1990 – com a inserção da categoria indígena.

A década de 1980 trouxe a preocupação do IBGE “[...] em reafirmar ‘o propósito de abrir a Casa ao usuário, para que não só o Governo Federal, mas toda a sociedade [pudesse] influenciar sua atividade-fim’”⁶. Nas décadas seguintes, aprofundou-se o processo de abertura, e, conseqüentemente, as exigências e as críticas por parte da sociedade civil em relação à produção do quadro oficial da

² Para um estudo detalhado sobre a crise do IBGE na década de 1950, ver: CÂMARA, L. *Exame crítico da Estatística Brasileira*. Rio de Janeiro, IBGE/CNE, 1951 (mimeo); LOPES, W. *A Crise do IBGE*. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

³ Ver obras: GUERRA, A. T. Importância da Geografia no Poder Nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano XXV, nº. 4, p. 73-80, out./dez. 1963. BERNARDES, L. M. C. Geografia e Poder Nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, nº. 3, p. 82-97, jul./set, 1966.

⁴ Resenha histórica. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1992, p. 36.

⁵ COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório “cor”, sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano XXXVI, nº. 3, p. 91-102, jul./set, 1974.

⁶ *Ibidem*. 1992.

situação econômica e social do Brasil. Contudo, ainda continua a disputa em torno dos indicadores que configuram o supracitado quadro, sugerindo como uma tendência do século XXI: a demanda crescente por parte da sociedade civil da observância não apenas dos recortes de gênero e faixa etária, mas também de raça/cor em todos os indicadores.

Octavio Ianni, ao analisar a questão racial no país, apontou para as condições da produção das estatísticas com recorte de cor: “[...] *As dificuldades que os órgãos censitários têm encontrado na pesquisa dos grupos de ‘cor’ da população brasileira sempre foram grandes, pois a conotação social da ‘raça’ tem impedido o levantamento rigoroso dos dados.*”⁷. Este autor, ao afirmar que a “conotação social da raça” favoreceu o impedimento do rigor nos levantamentos censitários, expôs um problema que deve ser cuidadosamente considerado: o preconceito racial no Brasil tem dificultado a construção de estatísticas que contribuam para assegurar políticas públicas voltadas para garantir uma cidadania real e não apenas formal tanto para os grupos negros – e seus descendentes – quanto para outras minorias, historicamente discriminadas no país.

As revistas de *Geografia* e de *Estatística* do IBGE desempenharam um papel importante na formação dos profissionais e na difusão externa das produções do Instituto. Nesta perspectiva, foram instrumentos significativos para observarmos o desenvolvimento do referencial teórico que influenciou as construções e as análises dos quesitos censitários. Tais revistas ao passo que proporcionaram um quadro de referências para a organização institucional do país, desenvolveram um perfil identitário para o Brasil e para o IBGE. Os diferentes quesitos elaborados pelo Instituto – para explicar a realidade brasileira e propor alternativas aos seus problemas – expressaram o resultado deste processo. No entanto, enfocaremos neste artigo somente os elementos conceituais que informaram nestes periódicos a construção do quesito raça/cor, por entendermos que tal quesito dialogou e dialoga direta e indiretamente com o tema da identidade nacional e, desse modo, com o projeto de nação e de modernização brasileira.

No âmbito político, o período considerado pelo presente artigo (1936 a 1960) contempla a efetivação de uma idéia de Estado-nação pelo governo de Getúlio Vargas (1930 a 1954) – em processo já no século XIX – e que encontrou continuidade, guardando as devidas proporções, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Ou seja, uma idéia segundo a qual o Brasil era um país que reconhecia a existência e a força do Estado por um lado, e por outro, a necessidade de se construir o “povo”, tendo como horizonte a modernização como prática e a modernidade como valor.

Outro aspecto que influenciou o recorte temporal (1936 a 1960) foi o fato de 1936 ter sido o ano de fundação da célula inicial do IBGE, ou seja, de criação do CNE, e com isto, o começo da fase moderna dos censos no Brasil. Já o período de 1950 até 1960 foi significativo por apresentar a primeira crise do Instituto e a sua superação.

Vale ressaltar, que a década de 1960 evidenciou o início de uma ruptura considerável em termos teóricos e políticos, interna e externa ao IBGE e ao país, a qual em virtude de sua abrangência e complexidade, não poderia ser aqui tratada de forma satisfatória. Sendo assim, serão realizados apenas alguns apontamentos sobre parte deste processo de ruptura e suas conseqüências nas décadas posteriores.

A ruptura em termos políticos caracterizou-se pelo desencadeamento de vários golpes militares em diferentes continentes (no Americano, podemos destacar entre outros, o Golpe de 1964 no Brasil) assim como de processos “revolucionários” para acabar com a situação colonial; o surgimento e o fortalecimento de vários movimentos sociais, entre outros. Já em termos teóricos, se evidenciou através do “movimento de avaliação” – iniciado após a Segunda Grande Guerra, mas intensificado e difundido na década de 1960 – da utilização do conceito de raça para justificar o nazi-fascismo e o holocausto. E da discussão sobre as possibilidades do conceito de etnia enquanto um novo referencial para a classificação censitária em diferentes países.

⁷ Ibidem. 1988. p. 25-26.

No Brasil, o diagnóstico realizado pelos intelectuais da Escola Paulista de Sociologia na década de 1960, sobre as desigualdades sociais no país, deslocou a importância conceitual das teorias raciais e instituiu em seu lugar, um processo intenso de afirmação e de legitimação da vertente explicativa marxista, centrada no conceito de classe social. Tem-se como um dos resultados do enfoque teórico desta “Escola” a consolidação do tratamento da questão indígena mediante o conceito de etnia e o da temática negra, através do conceito de classe social.

Grosso modo, é possível apontar que o conceito de etnia encontra-se, teoricamente, próximo do conceito de raça, pois ambos resgatam uma dimensão de origem comum e permitem elaborar tipos de identidade coletiva. Por outro lado, o conceito de classe social possibilita, a partir da ideia de mobilidade social, uma saída teórica e/ou real, coletiva e/ou individual que encontra sua base no questionamento das desigualdades sociais sob a óptica da relação unívoca entre esforço pessoal e sucesso. Uma vez que a adoção de um determinado conceito contribui para tipos distintos de identificação e de solidariedade, ela também influencia diferentes formas de atuação e reivindicação junto ao poder público. Ao menos enquanto hipótese, semelhantes considerações nos permitem vislumbrar o significado da disputa em torno das categorias sociais que formaram e formam o sistema classificatório racial oficial e o esforço para amenizar e para não publicizar a existência do dissenso com relação às mesmas.

II. Revistas de Geografia e de Estatística: intelectualidade ibgeana e eclétismo

As revistas eram publicadas trimestralmente até a década de 1980. Neste período, a *Revista Brasileira de Estatística* passou a ser semestral. E, em ambos os periódicos houve mudanças significativas no formato: a supressão de seções de cunho histórico e a ênfase em artigos sobre o desenvolvimento teórico e empírico das áreas de Geografia e de Estatística.

Outro aspecto das revistas foi o fato das seções (de 1936 até a década de 1960) aparecerem, desaparecerem e reaparecerem em suas páginas sem maiores explicações. De forma bastante resumida é possível apontar a tabela abaixo como expressiva das principais seções presentes nas revistas de *Estatística* e de *Geografia*:

| REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – SEÇÕES | REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA – SEÇÕES |
|--|--|
| 1. Através da Imprensa | 1. Comentários |
| 2. A Estatística na opinião dos Mestres | 2. Inquéritos Geográficos |
| 3. Estudos e Sugestões | 3. Noticiário |
| 4. Informações Gerais | 4. Relatórios, Resoluções e Leis |
| 5. Bibliografia | 5. Tipos e Aspectos do Brasil |
| 6. De ontem e de hoje | 6. Vultos da Geografia do Brasil |
| 7. Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística | |
| 8. Resenha | |
| 9. Vultos da Estatística Brasileira | |

Fonte: Tabela didática elaborada pela autora.

Para contemplar a construção do perfil institucional do IBGE é que foram selecionados os volumes das décadas de 1930 a 1960 e abordadas somente algumas seções de ambas as revistas.

Seja a *Revista de Geografia*, seja a *Revista de Estatística*, apresentou um papel significativo na formação dos profissionais do IBGE, atuando como veículo interno do Instituto para a difusão de novas teorias e metodologias. E externo, para a cooperação científica com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais, assim como para a publicação dos resultados das pesquisas para as diferentes instâncias administrativas do país. Resulta disto, as revistas serem loci privilegiados para acessar o referencial teórico das categorias sociais que compõem o sistema classificatório racial ibgeano.

Um dos grandes desafios deste artigo foi criar parâmetros interpretativos adequados, condizentes com o material levantado nos periódicos, buscando de um lado, respeitar a existência de influências teóricas, preocupações e propostas recorrentes ao longo do período trabalhado (1936–1960), e de outro, evitar o estabelecimento de linhas de continuidade para revelar um sentido e uma unidade últimos à produção dos diferentes autores.

Ao trilharmos os caminhos sugeridos pelo material das revistas, entramos em contato com uma produção política e intelectual que se deu no cotidiano das décadas de 1930 a 1960, cuja intensidade e diversidade não se esgotaram no recorte por nós realizado. Acompanhando as pistas lançadas nas diferentes seções e textos das revistas, agrupamos as produções, segundo os temas: *educação, saúde, imigração e colonização, divisão do território nacional, segurança, unidade e organização nacional*. Este agrupamento nos foi insinuado, primeiramente, a partir da leitura flutuante, e confirmado pela análise de conteúdo das revistas⁸. A leitura flutuante se orientou para a busca, a seleção e a pré-interpretação de determinados termos (*cultura, raça, nação, imigração, colonização, segurança, saúde, organização e educação nacional*). A principal característica deste procedimento foi assegurar, a partir da confirmação e/ou exclusão destas palavras, a escolha e organização dos textos das revistas, ou dos fragmentos destes textos, que serviriam para nortear as idéias apresentadas neste artigo.

Percebemos que os textos das revistas expressavam os pilares do pensamento ibgeano, entre outras razões, pelo fato dos autores, em sua maioria, pertencerem ao corpo de servidores do Instituto ou serem seus colaboradores. Como exemplo de colaboradores importantes tem-se os *consultores técnicos*. A maneira como estes eram selecionados explicita a forma como eram reconhecidos pelo IBGE. De acordo com os dirigentes do Instituto, os consultores: “[...] deverão ser cidadãos de notável cultura e de reconhecida especialização na seção técnica que lhes for atribuída”⁹. Sendo assim, ao conhecermos os consultores podemos ter algumas pistas sobre o perfil eclético do Instituto, assim como sobre a dimensão da influência do pensamento ibgeano na sociedade brasileira, uma vez que tais consultores pertenciam às elites intelectuais e políticas do país.

Nesse artigo, elites intelectuais e políticas compreendem um conjunto de pessoas cuja produção cultural e intelectual possuía uma dimensão política prática, capaz de influenciar as diretrizes adotadas pelos Governos das esferas federal, estadual e municipal. Deste modo, tais consultores compunham uma *intelligentsia*, nos termos de Martins¹⁰, preocupada em desenvolver e, em alguns casos como o de Fernando de Azevedo, em propor e executar políticas públicas para assegurar a unidade nacional a partir da organização institucional. Para compreendermos esta particularidade da *intelligentsia ibgeana* basta que consideremos o exemplo de Azevedo: ele foi consultor técnico do IBGE por mais de dez anos e atuou como um dos principais organizadores do sistema nacional brasileiro de educação a partir da década de 1930. As concepções de Azevedo e de seu grupo sobre este sistema marcaram as propostas efetivadas pelo Governo Federal¹¹.

Dentre o corpo de consultores técnicos, pode-se destacar Fernando de Azevedo, como já mencionado, Azevedo Amaral, Roquette Pinto, Oliveira Vianna, Everardo Backheuser, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Lourenço Filho, Lourival Câmara, Delgado de Carvalho, Padre Leonel Franca, Carneiro Filipe, Lourival Fontes, Afrânio de Carvalho, Giorgio Mortara, Manuel Diégues Jr., entre outros. A quantidade de artigos publicados pelos consultores assim como o tempo de atuação nesta função, variou. No entanto, deve-se ressaltar que independentemente da quantidade de artigos, estes e outros intelectuais, em maior ou menor proporção, foram fundamentais na institucionalização do IBGE e na caracterização das avaliações e das proposições sobre o projeto de nação e de modernização do Brasil, no período de 1936 a 1960.

Fernando de Azevedo tornou-se figura chave no interior do Instituto a partir da obra *A Cultura Brasileira*¹², a qual consistiu na introdução das publicações do primeiro recenseamento geral do IBGE, ocorrido em 1940. Ao elaborar a síntese

⁸ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Edições 70, 1977.

⁹ Seção Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística. *Revista de Economia e Estatística*, Rio de Janeiro, INE, Ano II, nº. 1, p. 59, 1937. É importante ressaltar que a *Revista de Estatística e Economia* mudou seu nome para *Revista Brasileira de Estatística*, a partir do final da década de 1930 e início da de 1940.

¹⁰ MARTINS, L. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, São Paulo, v. 2, nº. 4, p. 65-87, 1987.

¹¹ CARDOSO, I. *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1982.

¹² AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: UnB e Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

da cultura institucional do Brasil, o livro *A Cultura Brasileira*, propiciou os nexos entre os esforços teóricos e práticos de Fernando de Azevedo e os do Instituto para compreender e organizar o país. Partindo do pressuposto que a elaboração de um projeto teórico traz consigo um projeto político assim como uma “visão de mundo”, salienta-se a importância que o referido estudo apresentou ao orientar os discursos ibgeanos e consolidar dentro e fora do IBGE a expressão “cultura brasileira”. Tal expressão (e título da obra de Azevedo) foi responsável por não suscitar contradições entre os discursos: funcionalista (de Malinowski), racialista (de Romero e Vianna) e culturalista (de Boas e Freyre etc.), e, sim, explorar possíveis convergências na construção de um país marcado por disparidades sociais e físicas, fornecendo-lhe um lugar singular na história da cultura ocidental. Fernando de Azevedo influenciou significativamente o reconhecimento dos referidos autores nacionais e estrangeiros e de suas formulações nas páginas das revistas de *Geografia* e de *Estatística*. Pode-se afirmar que seu trabalho no IBGE contribuiu para assegurar a institucionalização de um legado intelectual sobre o “Brasil nação” que privilegiou o ecletismo e a ambigüidade nos discursos.

Além da diversidade de seus consultores, uma outra maneira de apreendermos a influência exercida pelo IBGE sobre a produção intelectual brasileira foi atentarmos para as relações que o mesmo mantinha com diversas instituições do país. Semelhantes relações foram compreendidas em uma perspectiva histórica a partir das considerações presentes nas seções **Vultos da Geografia do Brasil** (*Revista de Geografia*) e **Vultos da Estatística Brasileira** (*Revista de Estatística*). E, em uma abordagem cotidiana, a partir de ponderações presentes nas seções **Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis** (ambas da *Revista de Geografia*), e **Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística e Resenha** (ambas da *Revista de Estatística*). As seções **Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis** permitiram-nos acompanhar as realizações dos Conselhos de Geografia e de Estatística – em especial do primeiro – na vida social, política e cultural ibgeana, brasileira e internacional.

Para compreender a natureza das relações que o IBGE mantinha com diversas instituições do país, no trabalho cotidiano do Instituto, observemos as palavras de Macedo Soares, presidente desta instituição no período, na seção **Relatórios, Resoluções e Leis**:

[...] cooperam, filiadas ao nosso sistema uma expressiva constelação de instituições culturais ¾ o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação de Geógrafos Brasileiros¹³.

Trata-se de relações de cooperação, parceria e afinidade cultural, política e institucional, algumas das quais tiveram seu início no século XIX. Este foi o caso da relação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Isto nos foi sugerido através da interpretação das seções **Vultos da Geografia** e **Vultos da Estatística Brasileira**. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que não foi a instituição IBGE que estabeleceu relações com o IHGB – no século XIX –, e sim parte de seus intelectuais que permaneceu atuando direta – segundo sua presença enquanto membro da instituição – e indiretamente – através de seu legado intelectual – em ambas as instituições, Oliveira Vianna e Roquette Pinto foram exemplos disso.

Através dos seus intelectuais, o IBGE e as instituições “filiadas” elaboraram uma rede de noções teóricas, visões políticas e institucionais que moldaram algumas características fundamentais em sua organização e no seu arcabouço conceitual. Talvez, a principal delas, tenha sido o constante diálogo com o passado mediante o reconhecimento do valor das tradições. Atribui-se às últimas um sentido moderno, daí não falar em passado como concepção de algo que deveria ser superado, e sim que apontava para o futuro, mas que ainda não possuía os meios de sua concretização. A noção de continuidade implícita nesta abordagem, resulta das idéias apresentadas no material de ambas as revistas.

¹³ SOARES, J. C. M. Uma idéia em marcha. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, n.º. 3, p. 745, jul./set., 1941, Seção Relatórios, Resoluções e Lei.

Em outro momento da seção **Relatórios, Resoluções e Leis**, Macedo Soares prossegue falando sobre as relações institucionais que o IBGE mantinha, nos seguintes termos: “[...] Também podemos lembrar a simpatia com que a *Imprensa Brasileira* e as organizações religiosas nos vêm acompanhando e auxiliando [...]”.¹⁴ Faz-se necessário, neste contexto, expor algumas considerações sobre a Imprensa Brasileira e a Igreja. Sobre a primeira, a maior parte pertencia ao Governo ou funcionava sob sua vigilância e censura. A fala de Soares se refere à imprensa oficial, sem abertura para questionamentos, o que foi característico, particularmente do período do Estado Novo. No que tange à Igreja, 1940 marcou um estreitamento das relações entre a mesma e o IBGE. Semelhante aproximação foi perceptível na organização do primeiro recenseamento geral do Instituto em 1940: a Igreja auxiliou na campanha censitária de forma decisiva. Os religiosos contribuíram no convencimento da população para que a mesma aceitasse receber os agentes recenseadores nas residências. A relação entre IBGE e Igreja pode ser bem dimensionada ao considerarmos o reconhecimento do Instituto ao papel civilizacional da Igreja Católica no Brasil, desde a colonização. Macedo Soares forneceu-nos alguns apontamentos sobre o referido papel ao escrever uma carta endereçada a Pio XII, em 1940, a qual foi publicada na seção **Resenha** da *Revista Brasileira de Estatística*:

[...] A doutrina social da Igreja Católica, inspirada nas lições divinas do Evangelho e no profundo conhecimento da natureza humana, afigura-se-lhe, por isso, não só a mais harmoniosamente afinada com as tradições históricas de um povo que nasceu e se formou à sombra protetora da Cruz, senão também a mais eficientemente adaptada às exigências múltiplas e complexas do nosso reajustamento social. Animado desta íntima persuasão, julgou o Instituto dar às considerações inspiradoras de sua resolução o mais expressivo relevo e a chancela de uma consagração singular com o apelo “à mais alta, mais exigente e mais universal autoridade moral no seio da sociedade humana – a do Soberano Pontífice da Igreja Católica”[aspas do autor]¹⁵.

A resolução ibgeana encaminhada para receber os votos e a benção papal foi elaborada em 1939 e denominada de *Resolução nº. 127*. Versava sobre a política brasileira de assistência social e pretendia assegurar para todos os trabalhadores um nível uniforme de conforto e de dignidade. Percebe-se, a partir dos estudos publicados na década de 1950 do e pelo IBGE¹⁶ e os patrocinados pela UNESCO¹⁷, que tal uniformidade esbarrou nas fronteiras raciais e étnicas.

Inúmeros geógrafos e estatísticos compuseram o corpo institucional fixo do IBGE e produziram textos fundamentais para compreensão dos diagnósticos feitos pelo Instituto e das propostas efetivadas pelos Governos. Todavia, correndo o risco de sermos por demais sintéticos, gostaríamos de ressaltar três nomes, José Carlos Macedo Soares, mencionado anteriormente, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Cristóvão Leite de Castro, como símbolos do pensamento político, estatístico e geográfico ibgeano. Estes homens ficaram cerca de quinze anos na direção do IBGE, na do CNE e na do CNG, respectivamente. Isto permitiu que a base do Instituto fosse consolidada¹⁸. As transformações ocasionadas com a crise interna do IBGE, não foram suficientes para abalar o perfil institucional construído nas décadas anteriores.

A leitura flutuante nos permitiu perceber que vários textos das duas revistas apresentavam uma linguagem eloqüente, retórica e ufanista que buscava e conseguia envolver o leitor como se este estivesse presenciando um orador. Entretanto, somente a partir de uma interpretação profunda entendemos que esta característica era resultado do fato de vários textos serem conferências apresentadas para e em diferentes instituições do país: IBGE, Associação Brasileira de Geógrafos, Associação Brasileira de Educação, Sociedade Brasileira de Estatística, Universidade do Paraná, Prefeitura de Juiz de Fora, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, Itamarati, Estado Maior do Exército, entre outras. A diversidade da natureza e da localização destas instituições evidencia como se realizava parte do projeto

¹⁴ Ibidem. p. 748.

¹⁵ SOARES, J. C. M. Resenha Histórica. *Revista Brasileira de Estatística*, IBGE, Rio de Janeiro, nº. 3, p. 599, jul./set., 1940.

¹⁶ Podemos citar como exemplo o trabalho de MORTARA, G. A população do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 4, p. 631-642, out./dez., 1945.

¹⁷ Destacam-se dentre outros os trabalhos de FERNANDES, F. A *integração do negro na sociedade de classes*. v. I e II. São Paulo, Ática, 1978; IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. Curitiba, Hucitec, Scientia et Labor, 1988.

Raça e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

¹⁸ Resenha histórica. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

educacional e cultural que foi organizado e difundido pela intelectualidade ibgeana. O Instituto entendia que era necessário popularizar os conhecimentos produzidos assim como fomentar o espírito de patriotismo e de comprometimento com a obra de organização do país. Estas idéias ficaram explícitas em vários eventos (assembléias, congressos, cursos de aperfeiçoamento, etc.) das e nas referidas instituições, assim como em eventos oficiais de caráter estatístico e geográfico que o Instituto organizou ou dos quais participou – seja no Brasil, seja no exterior.

Na seção **Relatórios, Resoluções e Leis** tem-se um trecho expressivo a respeito do trabalho desenvolvido pelo Instituto na obra de organização do país:

[...] [O IBGE] vê, ouve e sente tudo que brota [das] fontes recônditas da vida nacional, cujas pulsações acompanha em condições que lhe permitem interpretar as imagens, as vozes e os impulsos dessa realidade multifária, como ninguém mais, talvez, pudesse fazer em face da austera expressão dos róis numéricos. E daí os brados das suas sentinelas avançadas. Daí as advertências, as sugestões e os concitamentos, que partem das suas almenares, exprimindo, sempre algo de grave para os destinos da Pátria¹⁹.

Trata-se de uma fala oficial, na qual o IBGE é um todo orgânico e, como tal, é o único capaz de compreender e propor alternativas para o Brasil a partir da interpretação da “*austera expressão dos róis numéricos*”. O caminho seguro, objetivo e científico para tal compreensão só pode ser alcançado através do diálogo da Estatística e da Geografia (os alicerces do Instituto). Esta última idéia é sugerida a partir da necessidade de captar com propriedade a “*realidade multifária*” do país. Somente um sistema interpretativo eclético poderia responder satisfatoriamente a esta necessidade. Ao retratar seus servidores e colaboradores como “*sentinelas avançadas*”, foi fornecida a idéia de que o Instituto era composto por um grupo sempre atento e bem preparado para interpretar e intervir na realidade brasileira. Daí denominarmos este grupo de *intelligentsia ibgeana*.

Encontramos, em diferentes números e seções das revistas de *Estatística* e de *Geografia*, reiteradamente, referências diretas ou indiretas sobre as idéias de raça, de cultura e de etnia formuladas por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Enquanto Vianna assegurou a permanência do discurso racial num período de valorização dos conceitos de cultura e de etnia sem suscitar uma avaliação de semelhante discurso, Freyre procurou garantir um lugar teórico e político para o conceito de cultura, sem deslocar de fato as abordagens determinista e hierárquica. Desse modo, tanto Vianna quanto Freyre contribuiu para a “*culturalização da raça*” e para “*racialização da cultura*”²⁰. Com este tipo de abordagem o IBGE visou deslocar os conflitos e favorecer uma compreensão do Brasil como um imenso mosaico racial e cultural, cuja síntese foi fornecida pela imagem da nação arco-íris²¹ – misturada, harmônica e inclusiva – na qual não se problematizou ou problematiza seu aspecto ideológico. Tem-se assim como o sistema de classificação racial ibgeano auxiliou na construção do “*povo*” para o projeto de modernização e de nação brasileira.

Na seção **Noticiário** encontra-se outra pista a respeito do ecletismo nos periódicos do IBGE: a publicação de homenagens póstumas com o mesmo patamar de reconhecimento para intelectuais de diferentes matrizes teóricas como Malinowski, Franz Boas, Oliveira Vianna etc. A nota sobre o falecimento de Vianna publicada em 1951, sintetizou a visão que o IBGE possuía sobre este intelectual:

[...] um dos mais argutos interpretadores da evolução do povo e da nação brasileira, escrevendo obras de real valor, que granjearam repercussão internacional, convertendo-se em instrumento útil aos estudiosos e especialistas no assunto. [...] Ainda quando nossa bibliografia não passava de mera tentativa e adaptação, por sinal precária, seu livro *Raça e Assimilação*, publicado em 1932, representou acontecimento decisivo para os rumos a que se iam guiar os estudos dessa natureza²².

¹⁹ Seção Relatórios, Resoluções e Lei. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, nº. 4, p. 747, out./dez., 1941.

²⁰ Para um estudo aprofundado da expressões: “*culturalização da raça*” e “*racialização da cultura*” ver: MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento retórico ou mudança conceitual? In MAIO, M. C. e SANTOS, B. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996.

²¹ NASCIMENTO, A. S. *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)*. 2005. 227f. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP.

²² Seção Noticiário. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº. 2, p. 322, abr./jun., 1951.

Com tais ponderações, o Instituto ratificou a intensidade, a abrangência e a permanência das interpretações de Vianna a respeito da realidade social brasileira. Este autor, ao publicar *Raça e Assimilação*²³, de fato apontou “os rumos a que se iam guiar os estudos dessa natureza”, isto é, converteu-se “em instrumento útil” para os estudiosos de raça, cultura e etnia no Brasil. As contribuições teórico-metodológicas de Vianna, ao contrário das de Freyre, não granjearam uma defesa explícita por parte das elites políticas e intelectuais. No entanto, isso não impediu que as mesmas fossem amplamente mobilizadas, inclusive, pela *intelligentsia ibgeana*. Deriva deste fato o seu reconhecimento pelo IBGE, na década de 1950.

III. Construindo e caracterizando a nação: Seção Tipos e Aspectos do Brasil em foco

A seção **Tipos e Aspectos do Brasil** (da *Revista Brasileira de Geografia*) apresentava em sua estrutura texto e desenho. Era uma seção de “cunho histórico” que foi substituída nas décadas subseqüentes ao período abordado por este artigo. Comumente, esta seção realizava a valorização dos aspectos físicos e humanos de diferentes regiões do país, privilegiando com o termo *tipo* algo que, na paisagem e/ou no povo, era compreendido como característico, ou seja, como singular de uma região. Sobressaía nesta seção à importância da atividade econômica e as curiosidades sobre o “lugar”. Como exemplos desta seção podem-se destacar as temáticas: “O Vaqueiro do Nordeste”; “Negras baianas”; “O Vaqueiro de Marajó”; “Caboclo amazônico” etc. O conceito de *tipo* retrata um grupo social concreto, ou seja, que pode e é encontrado em diferentes regiões do Brasil. No entanto, sua relevância para a interpretação de nossa pesquisa encontra-se no fato de esta noção de *tipo* fornecer os subsídios positivos (possíveis) para a construção do *tipo ideal* de nacional (este entendido em termos weberianos). E, nesta perspectiva, para a realização do projeto de nação e de modernização em voga no país.

A seção **Tipos e Aspectos do Brasil**, nestas e nas demais temáticas, sugeriu a interpretação dos condicionantes sociais (espirituais) e naturais (materiais), fornecidos pelo lugar, para compreender o sentido do *tipo étnico*. A noção de espírito presente nos condicionantes sociais afastou-se de uma interpretação religiosa. Fernando de Azevedo utilizou-a para expressar um conjunto de relações, práticas, desejos e sentimentos que assegurava uma unidade simbólica. A relação entre esta unidade simbólica e o fator racial proporcionou uma compreensão de cultura. A unidade simbólica que se expressa pela relação entre os conceitos de raça e de cultura assegurou a possibilidade de desenvolver uma idéia de etnia que dialogava com o conceito de nação: projeto futuro comum. Têm-se, assim, algumas ponderações conceituais que nos permitiram entender o *tipo étnico* como uma faceta do *tipo ideal* nacional. E este último como uma construção em processo.

A idéia de mistura se fez presente direta e indiretamente nas diferentes temáticas abordadas por esta seção. Outro aspecto que observamos foi a predominância da ausência da noção de conflito. Uma das temáticas que veiculou com propriedade a idéia de mistura foi “O Vaqueiro do Nordeste”. Já em “Negras Baianas” encontramos um exemplo significativo da ausência de conflitos.

Em “O Vaqueiro do Nordeste” destacamos o seguinte registro:

[...] É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito, estudado e interpretado pelo gênio imortal de Euclides da Cunha. [...] O seu tipo étnico provém do contato do branco colonizador com o gentio, durante a penetração de gado nos sertões do Nordeste. A predominância de sangue índio acentua-lhe o espírito aventureiro e o sentimento de liberdade de ação. [...] O gaúcho é combativo, impulsivo, exuberante; o seu irmão nordestino não é combativo, mas combatente; não é impulsivo, e sim calculista; não tem a palavra e o gesto largos; é lacônico e retraído.²⁴

²³ VIANNA, O. *Raça e assimilação*. São Paulo, Nacional, 1934.

²⁴ Seção Tipos e Aspectos do Brasil: O Vaqueiro do Nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 2, p. 432, abr./jun., 1941.

Esta citação suscita algumas considerações; a primeira, relativa à forma como se refere a Euclides da Cunha. Este autor é considerado um “Vulto” nas duas revistas do Instituto e, particularmente, na de *Geografia*. Suas concepções sobre o meio e o homem encontraram plena acolhida no referencial teórico do IBGE, ao longo do período analisado. O tipo estudado por Cunha foi o sertanejo, o qual pôde ser interpretado como um símbolo do nacional, uma vez que era mestiço, e não qualquer mestiço: o sertanejo era o herói das “bandeiras” nos sertões nordestinos, e sob esta perspectiva era reconhecido como autêntico produto brasileiro. Têm-se, em Cunha, a valorização da mestiçagem e o repúdio à miscigenação. O tipo de mestiçagem aceitável – mas não desejável – era a do branco com o indígena, numa linguagem caracterizada pela ambigüidade. Tal postura de Cunha contemplava as preocupações das elites intelectuais e políticas, as quais se concentravam em transformar uma população diversa – composta por grupos raciais e culturais “inferiores” (negros, indígenas e seus descendentes) – no povo brasileiro, ou seja, no tipo nacional homogêneo representativo da nação. Para satisfazer aos interesses deste projeto de nação, a miscigenação foi a saída teórica e prática encontrada. No plano discursivo, a miscigenação foi ressignificada pelo paradigma cultural. O resultado foi o desenvolvimento de um sentido ambíguo capaz de aproximar o conceito de “miscigenação” do de “mestiçagem”. Foi a partir destas transformações semânticas e retóricas que o conceito de mestiçagem substituiu o de miscigenação como substrato para a construção da nação. Neste sentido, “[...] a mestiçagem, além de fenômeno biológico, [pôde] também ser considerada um estilo de vida e uma maneira de pensar o mundo, envolvendo cordialidade, produzindo momentos de confraternização e criando discursos na direção do mito da democracia racial”²⁵.

Por outro lado, a idéia de um herói nacional encontrou nesta seção, através de Euclides da Cunha, sua “universalização” territorial: as bandeiras de Norte a Sul foram contempladas pelo sertanejo e pelo gaúcho. A composição sangüínea (“racial”) e a interação de fatores físicos, sociais e culturais de ambos os tipos, a partir da leitura euclidiana, parecia explicar o perfil psicológico, étnico e político dos mesmos, o que apontava para uma abordagem determinista do autor.

O determinismo do meio e da raça precisa ser qualificado. De acordo com a nossa compreensão, o determinismo euclidiano é relativo. O adjetivo relativo sugere um tipo de interpretação do Brasil que não anula suas possibilidades enquanto nação, mas impõe a ambigüidade como característica fundamental. Foi a partir desta reflexão que entendemos como Euclides da Cunha pôde valorizar o nacional possível brasileiro e, ao mesmo tempo, reconhecer um padrão classificatório hierárquico para os grupos humanos, cujo ápice era representado pela Europa. Estas concepções orientaram a noção de mistura, o papel da imigração e os possíveis significados de raça, de cultura e de etnia nas obras deste autor e em outras seções da *Revista de Geografia: Comentários e Inquéritos Geográficos*. Semelhantes idéias também foram difundidas em artigos de outros autores em as ambas as revistas.

A ausência da “idéia de conflito” é um dado relevante, pois se encontra implícita na noção de mistura. A temática “*Negras Baianas*” forneceu-nos alguns elementos fundamentais para esta reflexão. Segundo a seção **Tipos e Aspectos do Brasil**:

A negra baiana é figura das mais características da pitoresca e tradicional capital do Estado da Baía – a cidade de Salvador, dentre os diversos tipos humanos lá correntes, desde o elemento branco até o negro puro, através de vários graus de mestiçagem. [...] A graciosidade e faceirice brejeira que possuem quando moças, exteriorizadas pelos requebros da sua coreografia bárbara nos batuques dos “candomblés”, bem como o gosto pela música e canto [já foram objeto de composições populares]. [...] É realmente uma figura bizarra e pictórica. Na gravura vemo-la, no desempenho da sua atividade principal: comércio de quitutes. [...] Com a Abolição passou de vez da senzala para a casa-grande, onde então

²⁵ SANSONE, L. As relações raciais em Casa Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In MAIO, M. C. e SANTOS, B. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 214.

continuou a exercer tão somente os misteres maternos de ama de leite, de segunda mãe dos filhos do senhor de engenho. [...] Com a gradativa transformação dos nossos costumes familiares, a velha mucama “veio para a rua”, onde, gozando a liberdade “embora tardia” que lhe fora dada, passou a viver por conta própria [...] Hoje em dia, a popular negra baiana, é uma sobrevivência da carinhosa mãe preta, da prestimosa e utilíssima ama de leite, dos nossos pais e avós. [aspas do autor] ²⁶.

Faz-se necessário considerar, de forma preliminar, que a seção, ao trabalhar com os adjetivos “pitoresco” e “bizarro”, forneceu algumas idéias-sínteses da representação do negro, de sua cultura, de sua religião e do estado brasileiro com a maior população negra do país, no contexto da década de 1940. Esta periodização é significativa: trata-se da conjuntura marcada pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial. O país realizava, neste momento, uma verdadeira “cruzada” ideológica interna e externa, difundindo a idéia de que éramos uma nação pacífica, coesa e não-preconceituosa. No entanto, recrudescia a perseguição aos terreiros e aos capoeiras (expressões da religiosidade e da cultura dos grupos negros brasileiros), assim como às organizações políticas em bases étnicas e raciais (de grupos negros, japoneses, alemães, italianos, etc.)²⁷. O Brasil organizava e implantava, neste período, seu projeto de padronização (nacionalização), no qual não existia lugar para a aceitação e para o respeito à diversidade. Esta última apenas foi reconhecida quando se enfocou o aspecto da mistura. A recorrência à “mestiçagem” – no trecho acima – elucida parcialmente esta questão.

Apreendemos na temática “Negras Baianas” um dos mitos da história oficial brasileira sobre as populações negras: a Abolição da Escravatura não resultou de um processo contínuo de lutas, mas foi, na verdade, obra da benevolência das elites brancas. Mas este mito não estaria completo caso não se salientasse a contribuição social e cultural das populações negras, em particular da mulher negra, através de dois estereótipos: a “mulata sensual” e a “mãe preta”. Com relação ao primeiro, temos uma referência sutil à graciosidade e à faceirice das moças negras ao realizarem “sua coreografia bárbara nos batuques dos ‘candomblés’”. A seção **Tipos e Aspectos do Brasil** remeteu-se ao fato de algumas composições populares terem reconhecido tal graciosidade e faceirice assim como o gosto pela música e pelo canto. Para compreender este tipo de reconhecimento faz-se imprescindível recuperar uma sugestão indireta presente nas obras de Gilberto Freyre²⁸ e de Arthur Ramos²⁹ sobre os negros brasileiros: “valorizemos as contribuições dos grupos negros enquanto representações do nacional”. A partir desta sugestão é possível compreender como o negro enquanto negro tornou-se sinônimo de bizarro, de exótico, cuja inferioridade cultural pode e deve ser amenizada a partir da educação.

Na obra de Queiroz Jr.³⁰, encontramos algumas pistas sobre o reconhecimento dos grupos negros na vida brasileira, em uma perspectiva crítica. As composições populares (carnavalescas) permitiram acompanhar a evolução de um discurso sobre a mulata – este discurso, no presente artigo foi considerado como “discurso da cor”, o qual não se referiu apenas à mulata, mas a todas as populações não-brancas no Brasil – caracterizado pela existência de dois pólos de avaliação. Neste discurso, segundo Queiroz Jr., tais pólos (positivo e negativo) asseguraram um tratamento ambíguo à mulata, a qual passou a ser um símbolo, este último entendido como um todo coerente multívoco³¹. Para compreender esta dimensão multívoca, refletimos sobre alguns dos atributos que caracterizaram tal símbolo: sensual, amoral, luxuriosa, boa, volúvel, irresponsável, alegre, etc. A dimensão multívoca acrescentou-se a contínua reiteração de um padrão social de classificação dos grupos não-brancos, em particular dos negros: a negatividade metamorfoseou-se em um discurso jocoso que se expressou através da ambigüidade.

Os estereótipos da “mulata sensual” e da “mãe preta” referiram-se a um tipo de especialização (de gênero) do estereótipo do negro que encontrou no dis-

²⁶ Seção Tipos e Aspectos do Brasil: Negras baianas. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 4, p. 883, out./dez., 1941.

²⁷ LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Q. C. Zimbres. São Paulo, UNESP, 2001.

²⁸ FREYRE, G. *Casa grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

²⁹ RAMOS, A. *O negro brasileiro*. São Paulo, Nacional, 1940.

³⁰ QUEIROZ, JR. T. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo, Ática, 1982.

³¹ SCHNEIDER, J. *Discursos simbólicos e símbolos discursivos: Sobre a etnografia da Identidade Nacional*. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 10 (1), p. 97-129, 2004.

curso da cor sua máxima expressão. O preconceito de cor que acompanhou tais estereótipos apresentou-se alicerçado numa idéia de origem (racial e étnica). Dessa relação resultou o diálogo conceitual entre Queiroz Jr.³² e Oracy Nogueira³³: o preconceito de cor (do primeiro) é uma expressão do preconceito de marca (do segundo) vigente no Brasil. Entretanto, é necessário esclarecer que apesar de ser impossível compreender o preconceito de marca dissociado do preconceito de origem, foi através do fenótipo que se estabeleceram as negociações simbólicas, ou seja, que se definiu quem é, e quem não é discriminado no país. Outros fatores atuaram nestas negociações e lhes asseguraram um aspecto relacional e conjuntural: o nível educacional, a posição sócio-econômica, etc. Mas estes não deslocaram a predominância dos fatores raciais e étnicos no sistema classificatório que estruturou a idéia de identidade nacional brasileira.

Foi e é através da cor que identificamos o pertencimento grupal de ambos os estereótipos. A “mãe preta” expressou o papel assumido pelo negro na história oficial do país antes e após a Abolição: foi apenas um espectador. Ela encontrou um correspondente masculino no estereótipo do “pai João”³⁴. Na seção, a idéia que sintetizou o significado de “mãe preta” pode ser exemplificada pelo trecho: “*prestimosa e utilíssima ama de leite, de nossos pais e avós*”. Desse modo, evidenciou-se neste estereótipo uma proposta para a incorporação do negro no projeto nacional brasileiro: submeter-se pacificamente à condição de cidadão de segunda classe, estigmatizado pela escravidão. Já em “mulata sensual”, construiu-se outra opção: dissolver-se enquanto grupo particular (a partir da miscigenação contínua) e jogar na esfera pública e privada com a ambigüidade. Ambas as propostas não se excluíram e apontaram os limites e as possibilidades da valorização da diversidade no país³⁵.

A partir de 1930 o pacto social entre as diferentes populações brasileiras estabeleceu-se em torno do nacional, mas, uma vez que as conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais ficaram aquém das expectativas dos grupos negros (a partir das avaliações dos seus grupos organizados), iniciou-se uma lenta ruptura com o modelo nacional que negava a diversidade e favorecia a desigualdade. A organização política em bases étnicas e raciais reestruturou-se no país, nas décadas posteriores.

A referência aos tipos mestiços como expressão do nacional é sugestiva da seção **Tipos e Aspectos do Brasil** na temática “*Caboclo Amazônico*”³⁶, pois possibilita demonstrar que temos um padrão nas relações de contato para a construção da idéia de nação: a mistura. Esta apresenta como resultado a noção de um todo estranho, ou seja, de uma unidade física e simbólica indefinida, que encontra nesta característica sua definição. O pardo simboliza oficialmente esta unidade estranha que é o brasileiro. O fato de se constituir enquanto unidade não restringe ou anula sua estranheza, a qual é reconhecida social e institucionalmente a partir da aparência (desde o final do século XIX), e é teoricamente explicada através de uma unidade conceitual também estranha, que valoriza as aproximações sem descartar as contradições: o ecletismo.

É importante salientar que é o uso nativo das categorias que se difunde e se enraíza nas lembranças e no vocabulário da população. Segundo nossa interpretação, foi o que aconteceu com os conceitos de raça e de cultura no Brasil. Já a referência ao fenótipo nestas temáticas apenas ressalta o papel da aparência na construção identitária dos brasileiros.

A compreensão da seção **Tipos e Aspectos do Brasil** adquire pleno significado quando a contextualizamos na revista de *Geografia*: trata-se de uma seção destinada ao reconhecimento e a valorização da diversidade brasileira, podendo encontrar-se ao lado de artigos e de outras seções que se caracterizam por abordagens contrárias a esta finalidade. Isto evidencia um aspecto que é recorrente em outras seções e artigos: o ecletismo. Este é um tipo de recurso que se faz presente no interior das revistas de *Estatística* e de *Geografia*, seja na abordagem teórica, seja na estrutura. *Grosso modo*, podemos afirmar que tal recurso assegura a dificuldade de elaborarmos parâmetros interpretativos definitivos para a pro-

³² Ibidem. 1982.

³³ NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco*: Estudos de relações raciais. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.

³⁴ Sobre as idéias que envolvem o estereótipo de “pai João”, ver: SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

³⁵ Sobre o olhar sobre a mulher negra, sua cor e seu corpo, ver FONSECA, D. J. *Corpos Negros (I)Maculados*: Mulher, catolicismo e testemunho. 2000. Tese de Doutorado – Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

³⁶ Seção Tipos e Aspectos do Brasil: Caboclo amazônico. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano X, nº. 4, p. 603-604, out./dez., 1948.

dução ibgeana. Parece existir, a cada tentativa de apreensão do sentido, uma possibilidade de fuga. Isto impõe como um caminho profícuo para a interpretação da obra do Instituto aceitar o fato de não existir uma relação de causa e efeito entre ecletismo e ambigüidade, mas considerarmos que ambos são instrumentos de expressão da construção de um perfil identitário oficial e institucional para o país e para o IBGE, que se reforçam mutuamente³⁷.

Contribuição recebida em 21.02.2008 e aprovada em 27.06.2008.

³⁷ Ibidem. 2005.